

ENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ETNOECOLOGIA: REFLEXÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ana Paula de Matos¹ e Renata Lopes Corrêa²

RESUMO

Trata-se de um estudo referente às questões ambientais, abordadas em um contexto holístico acerca da Educação Ambiental. Busca alertar a respeito das conseqüências danosas acumuladas ao longo do processo evolutivo do homem, considerado progresso em relação ao ambiente natural. Diante de tal insustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente, propõe uma análise a respeito da discussão atual sobre sustentabilidade, onde visa uma reflexão sobre a mudança de paradigma de Desenvolvimento Sustentável para Envolvimento Sustentável, considerando que desenvolver é a antítese de envolver. Desta forma, pretende propor um resgate dos saberes ecológicos tradicionais, utilizados pelas comunidades tradicionais durante sua apropriação dos recursos naturais, objetivando formar subsídios para o desenvolvimento de práticas eficientes para a Educação Ambiental.

Palavras-chave: envolvimento sustentável, etnoecologia, comunidades tradicionais, educação ambiental.

ABSTRACT

It's a study about environmental questions, introduced in a holistic context concerning Environmental Education. It searches to alert about damaging consequences accumulated over men developing process, considered as progress, in relation to natural environment. In face of such devastation caused by the current development model, proposes an analysis about the current discussion about preservation, where searches a reflection about the paradigm change from sustainable development to sustainable engagement, considering developing as an antithesis of to engage. In this way, this study intents to propose a rescue of traditional ecological knowledge, used by traditional communities during their appropriation of natural resources, purposing to form subsidy to the development of efficient experiences to the Environment Education.

Key Words: sustainable engagement, ethnic ecology, traditional communities, environmental education.

¹ **Ana Paula de Matos** é especialista em Docência Superior, professora da FASB, Coordenadora Técnica do Núcleo de Educação Ambiental e Difusão de Práticas Sustentáveis – NEAM.

² **Renata Lopes Corrêa** é especialista em Docência Superior.

APRESENTAÇÃO

Historicamente, o homem vem interagindo com o meio ambiente (terra, atmosfera, água...) e seres vivos (animais, vegetais e semelhantes), estabelecendo, assim, complexas relações nem sempre mútuas ou simultâneas. No entanto, atualmente, esquecemo-nos de avaliar de forma complexa estas inter-relações, o que nos levou a simplificar o mundo para melhor entendê-lo, resultando na fragmentação do conhecimento, o qual tem sido utilizado como fundamento na gestão das relações com o planeta, o que explica o caráter imediatista e centralizado na forma de planejamento e implementação das atividades humanas.

Como reflexo disto, atualmente, os recursos do planeta, após intensiva exploração e ocupação pelo homem, chegam aos seus limites, a ponto de esgotarem-se. Assim, é de suma importância que reavaliemos nossos parâmetros e indicadores de desenvolvimento/progresso.

Desta forma, acreditamos que, através de um resgate dos valores e práticas tradicionais, presentes em nossa cultura, seja possível identificar novos parâmetros, os quais devem conciliar crescimento econômico com preservação e conservação ambiental. Para tanto, faz-se necessária uma mudança de postura da sociedade, a qual deve passar pela incorporação de uma consciência individual e coletiva na utilização racional das potencialidades ambientais, de forma que estas não sejam exterminadas.

Entendemos, portanto, que a construção dessa consciência ecológica e mudança de conduta, apresentam-se na atualidade como um grande desafio e requisito primordial no alcance da sustentabilidade, a qual é a única maneira de manter e continuar o processo de civilização da humanidade.

Diante deste contexto e frente à visível insustentabilidade do modelo econômico atual de desenvolvimento/progresso, pretendemos reiterar a necessidade de uma profunda reflexão, buscando nos desfazermos de nossa visão antropocêntrica, para que possamos redescobrir, ao invés de criar um modelo inédito baseado na realocação dos recursos, partindo do resgate do saber etnológico que respeite os limites impostos pela natureza e que incorporem percepções da realidade, que envolvam não apenas o homem, mas a natureza, a sociedade e o mundo sobrenatural, em uma proposta de envolvimento sustentável, criando assim bases/informações à prática de uma educação ambiental orientada para as mudanças de comportamento e, principalmente, de sensibilidade.

SUSTENTABILIDADE, ETNOECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O princípio criado para desenvolvimento sustentável funda-se numa política ambiental que não bloqueia o desenvolvimento econômico, porém com uma gestão racional dos recursos naturais.

A exploração econômica do meio ambiente deve se dar dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas, entendida esta como aquela que resguarde a renovação dos recursos renováveis

e a exploração não predatória dos recursos não renováveis, de forma que possam servir às gerações futuras, envolvendo então, um modo de vida dentro dos limites do possível, devendo ser interpretado em termos de desaceleração do ritmo de utilização de matéria e energia.

O DS então é visto como o novo modelo a ser buscado, apresentando como plano de ação para alcançar a sustentabilidade a Agenda 21. Esta, acertadamente, discorre não apenas sobre a problemática ambiental e suas soluções, mas também sobre a interdependência entre essas e as questões sociais, como: pobreza, saúde e educação.

No entanto, o conceito de DS vive hoje um paradoxo. Absorvido na atualidade pelo discurso oficial, incorporado à retórica e programas governamentais e institucionais, na prática tem apresentado resultados acanhados diante do necessário: “Muitas tentativas de tradução do conceito de DS em ações práticas coerentes têm sido marcadas por uma história de fracassos” (VIANA, 1999, p. 21).

O mesmo autor nos coloca que a problemática se enseja na distância entre o discurso e a prática, ou seja, entre os tomadores de decisão e a realidade, uma vez que o processo convencional de tomada de decisões normalmente não envolve as populações tradicionais de forma efetiva. A consequência disto é que as decisões são tomadas com base em informações e interpretações equivocadas, pois são raríssimos os técnicos e autoridades que conhecem a realidade socioeconômica e cultural das populações envolvidas. Desta forma, estes atores-chave não são incorporados e respeitados nos processos de tomada de decisões, as quais devem ser coerentes com a realidade destes e com o ideário da sustentabilidade.

Normalmente, a participação destes tem um caráter cosmético ou utilitarista. No primeiro caso, são feitas reuniões mal organizadas, apenas para legitimar decisões tomadas à distância, para garantir uma roupagem mínima exigida por investidores internacionais e governos. No segundo caso, a participação é eficiente na coleta do conhecimento destes para a elaboração de projetos. Mas, na verdade, raramente as populações são envolvidas de forma a compartilhar as decisões em todas as etapas de um projeto de intervenção: concepção, implementação e avaliação.

Neste sentido, faz-se necessária a adoção de métodos que criem condições para uma participação efetiva, e que obedeçam a um código ético básico, possibilitando assim uma transferência de poder e conhecimentos, resultando no envolvimento das populações tradicionais.

Neste estudo, adotamos a definição de Mendes (1994) sobre envolvimento, o qual nos diz que, o termo se refere às articulações do ser humano com o ambiente que o cerca, considerando não apenas o natural, mas todas as inter-relações de existência, e concordando com Viana (1999) que nos relata que, envolver é a antítese de desenvolver, o que significa para as populações tradicionais a perda do envolvimento econômico, cultural e ecológico com o Meio Ambiente.

Acreditamos, ainda, que junto com o envolvimento, perde-se a dignidade, o saber e o conhecimento tradicionais de manejo, que, ao

contrário do que se pensa, podem conservar os ecossistemas naturais de forma mais efetiva do que os sistemas tecnológicos convencionais.

Diante do exposto, Viana (1999) nos propõe ainda uma segunda reflexão, a qual nos remete a pensar se não seria coerente mudar o nosso paradigma de “Desenvolvimento Sustentável” para “Envolvimento Sustentável”. Este novo paradigma deve ser entendido como o conjunto de políticas e ações direcionadas para fortalecer o envolvimento das sociedades com os ecossistemas locais. Para tanto, é necessário resgatar os laços sociais, econômicos, espirituais, ecológicos e culturais; sendo este último no sentido de um resgate etnoecológico para a apropriação da compreensão e conhecimento dos grupos tradicionais nos seus modos de relacionar-se com a natureza, alternativos àqueles fundados na lógica da sociedade dominante, para o alcance da sustentabilidade em todas as suas dimensões.

Neste sentido, cabe aqui elucidar o termo Etnoecologia, que

poderia ser concebido como o estudo científico do conhecimento ecológico tradicional, visando avaliar [sic], a partir de fundamentos ecológicos, as atitudes intelectuais e práticas que um determinado grupo populacional executa durante sua apropriação dos recursos naturais (MARQUES, 1995; TOLEDO, 1992 apud NORDI, 1997, p. 133).

Entendemos, então, que pesquisas etnoecológicas devem ser realizadas objetivando gerar subsídios para a identificação de modelos produtivos que possam ser utilizados para a implantação da sustentabilidade, uma vez que identificam os conhecimentos acumulados e memorizados pelas comunidades tradicionais, sendo estes não escritos, decorrentes de experiências que se refletem na consciência e na prática que os indivíduos têm em relação ao ambiente. Neste contexto, a etnoecologia vem validar a interação desses conhecimentos, os quais não degradam, ao longo do tempo, os recursos que utilizam, concretizando, desta forma, modelos de reprodução destas práticas, preocupados com a manutenção da diversidade biológica e cultural.

Acreditamos que, com este novo paradigma de sustentabilidade, envolvimento sustentável, possamos buscar reverter o distanciamento do homem em relação ao meio ambiente. Cremos que, uma vez a sociedade envolvida com os ecossistemas locais, possam ser fortalecidos os vínculos econômicos, sociais, espirituais, culturais e ecológicos. Entendemos, então, que, a partir deste processo, poder-se-á criar bases para a implementação de uma educação ambiental consciente e eficiente, atingindo níveis maiores de sensibilidade. Desta forma, criaremos condições favoráveis para a mudança de atitudes, valores e práticas, ou seja, de comportamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição 1988**: Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 26/00 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000. art. 225, p.124.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 28 abr. 1999.

GONÇALVES, C. W. P. Natureza e sociedade: elementos para uma ética da sustentabilidade. In: QUINTAS, José Silva. (Org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília: Ed. IBAMA.

LEIS, H. R.; D'AMATO, J. L. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. cap. 5, p. 77-103.

MENDES, A. D. Envolvimento e desenvolvimento: introdução à simpatia de todas as coisas. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. cap. 4, p. 54-76.

NORDI, N. Etnoecologia e desenvolvimento sustentável. In: FÓRUM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 4.; ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1. 1997, Rio de Janeiro. **Cadernos**. Rio de Janeiro: INESC, 1997. p. 133 -136.

UNION OF CONCERNED SCIENTISTS. Alerta dos cientistas do mundo a sociedade. Washington, DC, Washington, 18 de novembro de 1992. In: DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 7. ed. São Paulo: Gaia, 2001.